

SIMULADO GRÁTIS

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
Técnico em Atividades de Trânsito



PROVA OBJETIVA

Língua Portuguesa

Texto I (Questões 01 a 05)

O conto do vigário

Um conto de réis. Foi esta quantia, enorme para a época, que o velho pároco de Cantanzal perdeu para Pedro Lulu, boa vida cuja única ocupação, além de levar à perdição as mocinhas do lugar, era tocar viola para garantir, de uma casa em outra, o almoço de todos os dias. Nenhum vendeiro, por maior esforço de memória que fizesse, lembraria o dia em que Pedro Lulu tirou do bolso uma nota qualquer para comprar alguma coisa. Sempre vinha com uma conversa maneira, uma lábia enroladora e no final terminava por comprar o que queria, deixando fiado e desaparecendo por vários meses, até achar que o dono do boteco tinha esquecido a dívida, para fazer uma nova por cima.

A vida de Pedro Lulu era relativamente boa. Tocava nas festas, ganhava roupas usadas dos amigos e juras de amor de moças solteironas de Cantanzal. A vida mansa, no entanto, terminou quando o Padre Bastião chegou por ali. Homem sisudo, pregava o trabalho como meio único para progredir na vida. Ele mesmo dava exemplo, pegando no batente de manhã cedo, preparando massa de cimento e assentando tijolos da igreja em construção. Quando deu com Pedro Lulu, que só queria sombra e água fresca, iniciou uma verdadeira campanha contra ele. Nos sermões, pregava o trabalho árduo. Pedro Lulu era o exemplo mais formidável que dava aos fiéis. “Não tem família, não tem dinheiro, veste o que lhe dão, vive a cantar e a mendigar comida na mesa alheia”, pregava o padre, diante do rebanho.

Aos poucos Pedro Lulu foi perdendo amizades valiosas, os almoços oferecidos foram escasseando e até mesmo nas rodas de cantoria era olhado de lado por alguns.

“Isso tem que acabar”, disse consigo.

Naquele dia foi até a igreja e prostou-se diante do confessor. Fingindo ser outra pessoa, pediu ao padre o mais absoluto segredo do que iria contar, porque havia prometido a um amigo que não faria o mesmo diante das maiores dificuldades, mas que vê-lo em tamanha necessidade, tinha resolvido confessar-se passando o segredo adiante.

O Padre, cujo único defeito era interessar-se pela vida alheia, ficou todo ouvidos. E foi assim que a misteriosa figura contou que Pedro Lulu era, na verdade, riquíssimo, mas que por uma aposta que fez,

não podia usufruir de seus bens na capital, que somavam milhares de contos de réis. [...]

Joseli Dias

01. A passagem “Isso tem que acabar” (4º§) traz um exemplo de discurso direto e revela:

- A um desejo de Pedro Lulu.
- B uma ordem do Padre Bastião.
- C a expectativa dos demais moradores.
- D um medo de Padre Bastião.

02. A expressão “Aos poucos”, que introduz o terceiro parágrafo, poderia ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- A Simultaneamente.
- B De repente.
- C Abruptamente.
- D Paulatinamente.

03. De acordo com o texto, pode-se afirmar que a opinião de moradores acerca de Pedro Lulu:

- A era resultado da identificação com um comportamento típico.
- B foi alterada em função da avaliação feita pelo padre.
- C dependia da qualidade com que ele tocava a viola.
- D era marcada por vínculos sólidos de longas amizades.

04. A leitura atenta do texto permite-nos classificá-lo como pertencente à tipologia narrativa. A respeito dos elementos que o caracterizam, é correto afirmar que:

- A a apresentação idealizada atribuída ao personagem Pedro Lulu reforça a indiferença dos demais personagens por ele.
- B a ausência de uma delimitação do espaço em que se passa a história permite, ao leitor, situá-la em qualquer região do país.
- C a longa descrição apresentada pelo narrador acerca do personagem Pedro Lulu revela a posição isenta do foco narrativo selecionado.
- D a situação apresentada logo no início do texto revela um recorte temporal da história que ainda será explicado posteriormente.

05. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa alterou a acentuação de algumas palavras. No entanto, “réis” (1º§) conserva o acento que recebia em função de seu ditongo aberto. Dentre as palavras abaixo, assinale a que apresenta, INDEVIDAMENTE, o acento gráfico.

- A herói.
- B céu.
- C dói.
- D jibóia.

06. A concordância nominal estabelece uma relação entre o gênero e número do substantivo com os demais elementos da sentença. Observe o fragmento do texto a seguir: “A esposa do Sueco _____ havia saído do salão de beleza com _____ dores de cabeça. _____, já as tivera anteriormente”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas. Atente ao uso da concordância nominal.

- A mal – bastante – As mesmas.
- B mal – bastantes – Às mesmas.
- C mal – bastantes – As mesmas.
- D mau – bastante – As mesmas.

07. Analise atentamente a seguinte estrutura: “Todos se esforçaram para passar no concurso”. Considerando-se os conceitos de regência, assinale a alternativa incorreta.

- A A regência verbal é caracterizada pela relação de subordinação entre um verbo e um outro termo.
- B No exemplo acima, o verbo é regido por uma preposição, a qual o liga ao complemento.
- C O verbo “se esforçaram” é intransitivo.
- D Pode-se afirmar que: “esforçaram” é o verbo, “para” é a preposição e “passar no concurso” é o complemento.

08. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas: Moro _____ São Paulo e assisto frequentemente _____ partidas do meu time no estádio do Pacaembu. No próximo ano, servirei _____ exército.

- A em / as / o.
- B a / às / o.
- C na / as / ao.
- D em / às / ao.

09. Há normas que orientam para o correto uso dos pronomes pessoais em frases e textos. Eles podem ser usados antes, no meio ou após o verbo da oração. A este respeito, assinale a alternativa correta.

- A Segue-se a norma da Ênclise quando a oração estiver na negativa. Exemplo: “Não se incomode demais”.
- B Segue-se a norma da Próclise quando a oração for iniciada por verbo. Exemplo: “Cortou-se sem querer”.

C Segue-se a norma da Próclise quando o verbo estiver no gerúndio. Exemplo: “Correu ao seu encontro, abraçando-o fortemente”.

D Segue-se a norma da Mesóclise quando o verbo estiver no futuro do presente e não houver palavras que exijam o uso da Próclise. Exemplo: “Encontrar-te-ei mais tarde”.

10. Sobre a redação oficial, comunicações oficiais, padronização, leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A redação oficial sempre se caracteriza por ser de ordem pessoal, utilizando-se de um padrão culto de linguagem, deve expressar clareza, concisão, formalidade e uniformidade.

II. As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, devem obedecer a certas regras de forma, como as exigências de impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, e ainda certa formalidade de tratamento: emprego correto dos pronomes de tratamento, polidez, civilidade. Devem seguir ainda, uniformidade nas comunicações, possuir clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação, indispensáveis para a padronização.

- A Apenas a alternativa I está correta.
- B Apenas a alternativa II está correta.
- C As alternativas I e II estão corretas.
- D As alternativas I e II estão incorretas.

Noções de Informática

11. Quanto aos conceitos e arquitetura da Internet, Intranet e Extranet, analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Tanto a Internet, a Intranet, como a Extranet, são consideradas redes públicas.
- () Na intranet o acesso é restrito somente a usuários previamente autorizados.
- () A extranet é dedicada para atender, por exemplo, clientes e fornecedores.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A V - F - F
- B V - V - F
- C F - V - V
- D F - F - V

12. Assinale a alternativa que identifica incorretamente as principais características técnicas da Computação em Nuvem (Cloud Computing).

A A grande desvantagem da Computação em Nuvem, para as empresas usuárias, é que existe um maior gasto em equipamentos e na estrutura de manutenção

B Existe a plataforma de desenvolvimento de software na nuvem que permite criar e testar aplicativos via Web e é denominada tecnicamente como Platform as a Service (PaaS)

C Um dos conceitos básicos que serve de base para o funcionamento e possibilidade da computação em nuvem é a virtualização

D Os recursos de TI do provedor são utilizados por múltiplos usuários e alocados dinamicamente, conforme a demanda dos usuários corporativos

13. No Sistema Operacional Windows é muito comum se trabalhar com diretórios. Os diretórios servem para organizar, por exemplo, o disco rígido. Os diretórios são frequentemente chamados de:

- A pastas
- B ícones
- C extensões
- D sites

14. Quanto às principais características técnicas do Microsoft Word, referente às opções do recurso de Mala-Direta, assinale a alternativa incorreta.

- A Etiquetas
- B Cartas modelos
- C Inclusão nas Redes Sociais
- D Envelopes em massa

15. Assinale, das alternativas abaixo, a única que identifica incorretamente um dos vários tipos comuns de vírus (ou malware).

- A Firewall
- B Worm
- C Trojan
- D Keylogger

Conhecimentos sobre o Distrito Federal

16. Assinale a alternativa correta acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

A Em 1921, como parte das comemorações do 30º Aniversário de nossa primeira Constituição Federal, que destinou à União a área do Distrito Federal, foi lançada a Pedra Fundamental da Nova Capital do Brasil no Morro Centenário, nos arredores de Planaltina.

B Brasília foi o primeiro bem contemporâneo inscrito pela UNESCO na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, em dezembro de 1987, possuindo a maior área tombada do mundo.

C A RIDE foi criada com o objetivo de auxiliar no crescimento de Brasília, que, assim como sua construção, acontece de maneira planejada e ordenada.

D A Universidade de Brasília foi inaugurada no ano de 1960, tendo o seu campus batizado com o nome de um dos seus fundadores e seu 1º reitor, o antropólogo Cláudio Santoro.

17. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) foi criada pela Lei Complementar nº 94/1998 e regulamentada pelo Decreto nº 2.710/1998, alterado pelo Decreto nº 3.445/2000. Em relação à RIDE/DF, assinale a alternativa correta.

A Além do Distrito Federal, participam da RIDE/DF os estados da Bahia, de Goiás e de Minas Gerais.

B O objetivo comum dos municípios participantes da RIDE/DF é a construção de infraestruturas de interesse comum, visando a reduzir as desigualdades sociais.

C Segundo os preceitos que orientam a RIDE/DF, os municípios limítrofes devem promover política de saúde pública independentemente dos respectivos vizinhos.

D Dentro da RIDE/DF, o município só poderá utilizar-se dos recursos hídricos cujas nascentes estejam dentro do próprio território.

18. A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (RIDE) subordinou-se, entre outros, ao objetivo de

A promover o desenvolvimento econômico da porção do território goiano que não se integrou ao estado de Tocantins, criado pela Constituição de 1988.

B fazer do Governo Federal o principal responsável pela geração de empregos nos municípios goianos e mineiros limítrofes ao Distrito Federal.

C assegurar que o trabalho de proteção ao meio ambiente e de controle da poluição ambiental seja arcado integralmente pelos municípios integrantes da RIDE.

D articular, em termos de serviços públicos comuns, a ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal na região.

19. Na regulamentação da lei que criou a RIDE, dentre outros pontos, ficaram definidos os objetivos, a forma de integração de municípios, finalidade do conselho, áreas de interesse. Sobre esses temas, analise as afirmativas abaixo.

I. A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE destina-se à

articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal.

II. Para que os Municípios que vierem a ser constituídos em virtude de desmembramento de outros municípios que compõem a RIDE, passem também a integrá-la, é necessária a promulgação de uma lei específica.

III. O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - COARIDE, é vinculado à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, e tem por finalidade, coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE.

IV. Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos Estados de Goiás e de Minas Gerais e aos Municípios que a integram, em todas as áreas, com exceção do turismo.

Estão corretas as afirmativas:

- A I e III apenas
- B I, III e IV apenas
- C II, III e IV apenas
- D I, II, III e IV

20. Leia abaixo, o art. 3º da lei que criou a RIDE do Distrito Federal: “Art. 3º Consideram-se de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de _____ e de _____”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- A geração de empregos / desenvolvimento integrado
- B infra-estrutura / geração de empregos
- C desenvolvimento integrado / infra-estrutura
- D desenvolvimento regional / desenvolvimento integrado

Legislação Geral

21. Em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Distrito Federal (DF) a respeito do Poder Executivo, assinale a alternativa correta.

- A O governador e o vice-governador do DF têm direito a 45 dias de férias em cada ano do próprio mandato.
- B O governador e o vice-governador deverão fazer declaração pública de bens no ato da posse e no término do mandato.
- C No primeiro turno, será considerado eleito governador do DF o candidato que obtiver a maioria simples dos votos.

D O mandato do governador é de quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente.

22. A respeito dos fundamentos da organização dos poderes e do Distrito Federal (DF) previstos na Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

A Um dos valores fundamentais do DF é assegurar ao cidadão o exercício dos direitos de iniciativa que lhe couberem, relativos ao controle da legalidade e da legitimidade dos atos do poder público e da eficácia dos serviços públicos.

B Um dos objetivos prioritários do DF é dar primazia ao atendimento das demandas da sociedade na área de transporte.

C O exercício do direito de petição ou representação é assegurado, desde que haja pagamento de taxa correspondente.

D O pluralismo político e o atendimento prioritário da demanda da sociedade na área de educação são valores fundamentais do DF.

23. Em relação à organização do Distrito Federal (DF) prevista na Lei Orgânica do DF, assinale a alternativa correta.

A O DF organiza-se em regiões administrativas, a fim de manter a centralização administrativa do poder.

B Cabe exclusivamente ao governador do DF dispor sobre a participação popular no processo de escolha do administrador regional.

C A criação de regiões administrativas fica a cargo unicamente do governador do DF.

D A organização do DF em regiões administrativas visa, entre outros, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida.

24. Acerca da organização administrativa do Distrito Federal, conforme prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correta.

A A segmentação do Distrito Federal em regiões administrativas constitui técnica de descentralização administrativa e visa à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

B O poder, em cada região administrativa, é exercido por um prefeito eleito pela população residente na respectiva região, o qual perceberá, como remuneração, valor igual ou inferior à remuneração fixada para os secretários de Estado do Distrito Federal.

C Somente ao governador do Distrito Federal cabe a decisão de criação e de extinção de regiões administrativas.

D O Conselho de Representantes Comunitários, com sede na cidade de Brasília, é o órgão responsável por

fiscalizar as atividades desenvolvidas por todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

25. De acordo com a Lei Complementar nº 840/2011, que dispõe quanto ao regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

A Os adicionais de insalubridade e de periculosidade são cumulativos.

B Incidência de adicional noturno sobre o adicional de serviço extraordinário é defeso.

C O subsídio pode ser objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

D A remuneração ou o subsídio dos ocupantes de cargos e funções públicos da administração direta, autárquica e fundacional não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

26. Considere hipoteticamente que José, aprovado em concurso público, foi nomeado por ato do Governador do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial do dia 25 de junho de 2018. Nos termos da Lei Complementar Distrital no 840/2011, a posse de José

A deve ocorrer em 60 dias, contados do ato de nomeação, sob pena de aquela ser tornada sem efeito.

B não tem prazo para ocorrer, uma vez que a nomeação se deu dentro do prazo de validade do concurso.

C deve se dar impreterivelmente no prazo de 30 dias, contados do ato de nomeação, prazo esse que não comporta prorrogação.

D deve ocorrer no prazo de trinta dias, contados da publicação do ato de nomeação, prazo que pode ser prorrogado nas hipóteses previstas em lei.

27. A Lei Complementar Distrital no 840/2011 estabelece requisitos básicos para investidura em cargo público, que devem ser comprovados por ocasião

A da nomeação.

B da entrada em exercício.

C da posse.

D da nomeação, da posse ou da entrada em exercício, escolha que cabe ao pretendente do cargo.

28. Acerca da licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista na Lei Complementar nº 840/2011, assinale a alternativa correta.

A A licença pode ser concedida por motivo de doença apenas de cônjuge ou ascendente do servidor.

B A licença é sem remuneração ou subsídio.

C A licença somente pode ser deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

D O prazo de duração para a licença inexistente; deve, portanto, perdurar enquanto não cessar a doença.

29. De acordo com o Decreto n.º 37.297/2016 (Código de conduta da alta administração e Código de ética dos servidores e empregados públicos civis do Poder Executivo), as autoridades regidas por este Código, passados menos de dois anos de sua exoneração e considerando-se o termo de compromisso por elas firmado ao assumirem cargo, emprego ou função pública, poderão

A intervir em benefício de pessoa física ou jurídica, em órgão ou entidade da Administração Pública do DF com as quais tenham tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração.

B prestar consultoria à pessoa física ou jurídica a respeito de programas ou políticas de órgão ou entidade da Administração Pública do DF a que estiveram vinculadas.

C atuar na representação de interesses privados, sem relação com suas antigas atribuições, perante órgão ou entidade da Administração diversos daquele em que tenham sido dirigentes.

D atuar em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, inclusive sindicato ou associação de classe, em processo ou negócio do qual tenham participado em razão das suas atribuições.

30. São objetivos do SEI (Sistema Eletrônico de Informações), exceto:

A aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação de documentos e processos;

B dificultar o acesso às informações;

C aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações;

D criar condições mais adequadas para a produção e utilização de informações;

E reduzir o uso de papel, os custos operacionais e de armazenamento da documentação.

Conhecimentos Específicos

31. Acerca das regras previstas no Código de Trânsito Brasileiro sobre o licenciamento do veículo automotor, assinale a alternativa incorreta.

A O veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado,

ou do Distrito Federal, onde estiver domiciliado o proprietário do veículo.

B O Certificado de Licenciamento Anual será expedido ao veículo licenciado, vinculado ao Certificado de Registro de Veículo, em meio físico e / ou digital, à escolha do proprietário, de acordo com o modelo e com as especificações estabelecidos pelo Contran.

C O veículo será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a tributos, encargos e multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.

D É obrigatório o porte do Certificado de Licenciamento Anual, mas o porte será dispensado quando, no momento da fiscalização, for possível ter acesso ao devido sistema informatizado para verificar se o veículo está licenciado.

32. Considerando o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a opção INCORRETA:

A Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros de linhas regulares ou empregados em qualquer serviço remunerado, para registro, licenciamento e respectivo emplacamento de característica comercial, deverão estar devidamente autorizados pelo poder público concedente.

B O ciclista desmontado, empurrando a bicicleta, equipara-se ao pedestre em direitos e deveres.

C O órgão ou entidade com circunscrição sobre a via manterá, obrigatoriamente, as faixas e as passagens de pedestres em boas condições de visibilidade, higiene, segurança e sinalização.

D A Semana Nacional de Trânsito será comemorada anualmente no período compreendido entre 18 e 25 de outubro.

33. Considerando o Art. 244, do Código de Trânsito Brasileiro, o qual tipifica conduzir motocicleta ou ciclomotor, marque a opção que indica a infração que NÃO é considerada de natureza gravíssima:

A Não usar capacete de segurança ou vestuário de acordo com as normas e as especificações aprovadas pelo Contran.

B Rebocar outro veículo.

C Fazer malabarismo ou equilibrar-se apenas em uma roda.

D Transportar criança menor de 10 (dez) anos de idade ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar da própria segurança.

34. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, em seu Art. 280, ocorrendo infração prevista na

legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, do qual constará obrigatoriamente, EXCETO:

A Tipificação da infração.

B Local, data e hora do cometimento da infração.

C Caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie, e outros elementos julgados necessários à sua identificação.

D Prontuário do condutor.

35. Considerando o Art. 143, do Código de Trânsito Brasileiro, em que se especifica a habilitação em categorias, assinale a opção CORRETA:

A Categoria A - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda três mil e quinhentos quilogramas.

B Categoria B - condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda 8 (oito) lugares, excluído o do motorista.

C Categoria C - condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda 8 (oito) lugares, excluído o do motorista.

D Categoria E - condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg (seis mil quilogramas) ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda 8 (oito) lugares.

36. Conforme Capítulo III, do Código de Trânsito Brasileiro, – CARACTERIZA-SE por interseções em nível não semaforizadas, destinada apenas ao acesso local ou a áreas restritas:

A via local.

B via de trânsito rápido.

C estrada.

D via arterial.

37. Considerando o Capítulo XVI e XVII, do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a assertiva abaixo que NÃO é considerada medida administrativa:

A Advertência por escrito.

B Retenção do veículo.

C Remoção do veículo.

D Recolhimento da carteira nacional de habilitação.

38. O Conselho de Trânsito Brasileiro (CONTRAN), instituído pelo Código de Trânsito Brasileiro, possui diversas funções que permitem a operação segura e fluida das vias presentes em solo brasileiro. Em relação às atribuições do CONTRAN, assinale a alternativa incorreta.

A O CONTRAN poderá autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista no Código de Trânsito Brasileiro

B O CONTRAN deve cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições

C O CONTRAN deve estabelecer as normas regulamentares referidas pelo Código de Trânsito Brasileiro e, também, as diretrizes da Política Nacional de Trânsito

D O CONTRAN deve normatizar os procedimentos sobre a aprendizagem, habilitação, expedição de documentos de condutores, e registro e licenciamento de veículos

39. Torna-se obrigatória a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo quando:

A o proprietário mudar o Município de domicílio

B for transferida a detenção

C este tiver sido apreendido

D for transferida a posse

40. A legislação de trânsito autoriza o pedestre a:

A atravessar a via dentro das áreas de cruzamento, havendo sinalização para esse fim

B andar fora da faixa própria, passarela, passagem aérea ou subterrânea

C utilizar-se da via pública para a prática de qualquer folguedo, ainda que sem a licença da autoridade competente

D desobedecer à sinalização de trânsito específica

41. É permitido, nas áreas envidraçadas do veículo:

A o uso de persianas fechadas ou similares nos veículos em movimento que possuam espelhos retrovisores em ambos os lados

B aposição de painéis decorativos ou pinturas, ainda que venha a comprometer a segurança do veículo, na forma de regulamentação do CONTRAN

C o uso de cortinas nos veículos em movimento que não possuam espelhos retrovisores em ambos os lados

D aposição de películas refletivas, ainda que venha a comprometer a segurança do veículo, na forma de regulamentação do CONTRAN

42. No que diz respeito aos crimes de trânsito, assinale a alternativa incorreta.

A A penalidade de suspensão para dirigir veículo automotor começa no mesmo momento em que o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional

B A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades

C A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos

D Transitada em julgado a sentença condenatória, o réu será intimado a entregar à autoridade judiciária, em quarenta e oito horas, a Permissão para Dirigir ou a Carteira de Habilitação

43. No que diz respeito ao crime de “praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor”, pode ser afirmado que:

A se do crime resultar lesão corporal de natureza grave, a pena privativa de liberdade será de detenção de um a quatro anos

B a pena aplicável ao delito é de detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor

C a pena privativa de liberdade é de detenção de um a quatro anos, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool e se do crime resultar lesão corporal de natureza leve

D se do crime resultar lesão corporal de natureza gravíssima, a pena privativa de liberdade será de detenção de um a quatro anos

44. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados, exigindo-se, para tanto:

A registro como veículo de passeio

B equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo

C cintos de segurança proporcional ao número de passageiros presentes

D inspeção anual para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança

45. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, onde não houver linha regular de ônibus, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá autorizar, a título precário, o transporte de passageiros em veículo de carga ou misto, desde que obedecidas as condições de segurança estabelecidas no referido Código e pelo CONTRAN. Segundo o CTB, são classificados, quanto à espécie, os seguintes veículos de carga ou misto, EXCETO:

A Camionete.

- B Caminhão.
- C Reboque.
- D Trator de rodas.

46. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 11, de 23 de janeiro de 1998, a baixa do registro de veículos é obrigatória sempre que o veículo

- A for roubado e recuperado.
- B for desmontado provisoriamente.
- C for vendido ou leiloado como sucata.
- D estiver com a documentação alienada.

47. A Resolução n.º 32/1998 do CONTRAN aprovou modelos de placa para veículos de representação de diversas autoridades. Acerca dessas placas, assinale opção correta.

- A Os prefeitos municipais podem determinar os modelos de placas de veículos oficiais utilizados por ele e sua equipe, o que se explica pelo princípio da separação dos poderes.
- B Os modelos de placas dos veículos oficiais de representação de governador de estado ou do DF serão, necessariamente, diferentes dos modelos de seus vices.
- C Os modelos de placas de representação para veículos oficiais dos ministros dos tribunais serão utilizados mediante solicitação dos presidentes dessas cortes.
- D Nos veículos oficiais utilizados por prefeitos municipais, as placas terão fundo vermelho e letras e números em branco, sendo opcional o emblema da unidade federativa.

48. Acerca dos atributos do ato administrativo, ou seja, as características do ato administrativo que permitem afirmar que ele se submete ao regime jurídico administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- A A presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei. Assim, em decorrência desse atributo, presumem-se, até prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei
- B Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância
- C A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário
- D A legitimidade é o atributo que prevê que o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente em lei

49. A Lei 8.429/92 classifica os Atos de Improbidade em 3 (três) tipos. A esse respeito, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo é Ato que importa enriquecimento ilícito.
- () Facilitar ou concorrer de qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial do Poder Público é Ato que importa dano ao Erário.
- () Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel é Ato que importa violação de princípios.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- A V, V, F
- B F, V, V
- C V, F, F
- D F, V, F

50. Os contratos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 poderão ser alterados, com as devidas justificativas. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- A Unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução
- B Unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações
- C Por acordo das partes, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição qualitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei
- D Por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de recebimento

51. No que tange aos Poderes Administrativos, especialmente sobre o Poder Disciplinar, analise as afirmativas abaixo.

- I. Poder Disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
- II. O Poder Disciplinar não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no Poder de Polícia do Estado.
- III. Nenhuma penalidade pode ser aplicada sem prévia apuração por meio de procedimento legal, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Estão corretas as afirmativas:

- A I, II e III
- B I e II apenas
- C II e III apenas
- D I e III apenas

52. A omissão da Administração Pública enseja a sua responsabilização. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- A Na hipótese de prejuízo gerado por ato omissivo de servidor público, a responsabilidade deste será subjetiva
- B Excetuados os casos de dever específico de proteção, a responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva, independentemente de comprovados a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade
- C Para efeito de apuração da responsabilidade civil do Estado, é juridicamente irrelevante que o ato tenha sido comissivo ou omissivo
- D A responsabilidade patrimonial pode decorrer de atos jurídicos, atos ilícitos, de comportamentos materiais, mas nunca de um ato de omissão

53. Assinale a alternativa que apresenta um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, segundo a Constituição Federal de 1988:

- A Valorizar o trabalho e a livre iniciativa
- B Defender o pluralismo político
- C Garantir o desenvolvimento nacional
- D Permitir o exercício da cidadania

54. O inciso XIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 assim dispõe: “XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;”. Essa norma constitucional é de eficácia

- A plena, porque já produz efeitos desde a sua edição.
- B programática, porque prevê a necessidade de regulamentação por lei.
- C contida, porque detém eficácia, mas esta pode ser restringida por lei.
- D limitada, porque depende de lei regulamentadora para ser executável.

55. A repartição de competência na constituição de 1988 aborda as competências legislativa e material (administrativa). Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente uma competência legislativa privativa da União.

- A Nacionalidade, cidadania e naturalização
- B Direito econômico

- C Juntas comerciais
- D Produção e consumo

56. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.

- A Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- B Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- C O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou indicação, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

57. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Presidente da República, nas suas funções de chefia de Estado e de governo:

- A fixar e modificar os efetivos da Forças Armadas.
- B decretar e executar o estado de sítio.
- C prover os cargos públicos federais.
- D resolver definitivamente sobre acordos e tratados internacionais.

58. Quanto ao processo de comunicação podemos elencar como componentes:

- A Frequência, emissor, mensagem, e feedback.
- B Decodificador, emissor, analista e mensagem.
- C Feedback, receptor, analista e codificador.
- D Receptor, feedback, emissor e mensagem.

59. A gestão de pessoas na administração pública possui algumas peculiaridades que decorrem dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Quanto ao tema proposto, assinale a afirmativa correta.

- A Para desenvolver pessoas à Administração, deve-se realizar auditorias e inspeções.
- B Para desenvolver pessoas, a Administração Pública deve utilizar o concurso público.
- C Para aplicar às pessoas da Administração Pública, pode-se elaborar planos de carreira.
- D Para monitorar pessoas, a Administração Pública pode usar sistema de informação gerencial.

60. A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo e estabelece os critérios que devem

ser observados no âmbito da Administração Pública Federal. Esses critérios indicam que deve haver

A adequação entre meios, mas não quanto aos fins, vedada a imposição de restrições em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

B adequação entre fins, mas não quanto aos meios, vedada a imposição de restrições em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

C adequação entre meios e fins permitida a imposição de restrições em medida superior àquelas necessárias ao atendimento do interesse público.

D adequação entre meios e fins, vedada a imposição de sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Gabarito Rascunho

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Gabarito

Simulado Grátis – Departamento de Trânsito do Distrito Federal

NÍVEL MÉDIO

Técnico em Atividades de Trânsito																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	B	D	D	C	C	D	E	B	C	A	A	C	A	B	B	D	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	D	A	D	D	C	C	C	B	A	D	B	D	D	A	A	B	A	A
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
A	A	B	B	D	C	C	D	D	B	A	A	C	C	A	D	C	D	D	D